

A RELAÇÃO CONCLUSIVA NO PORTUGUÊS

Norma Barbosa Novaes Marques*

Resumo: Este estudo analisa a relação conclusiva que se realiza por meio das tradicionalmente denominadas conjunções. Para tanto, utiliza o aparato teórico da Gramática Discursivo-Funcional (doravante, GDF), de Hengeveld e Mackenzie (2008), um modelo teórico que privilegia a intenção comunicativa do falante ao fazer uso do sistema linguístico em situação de interação. Como universo de pesquisa, foram selecionados dados do *corpus* denominado “Português oral”, que traz amostragens das variedades do português falado em Portugal, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste. O resultado da análise mostra que há três diferentes funções de relação conclusiva: Função Resumo, Função Conclusão e Função Consequência. A principal distinção entre os três subtipos deve-se ao fato de as relações serem implementadas em níveis e camadas diferentes, o que esclarece a flutuação na definição de conclusão encontrada na bibliografia linguística.

Palavras-chave: Relação conclusiva. Conjunções. Gramática Discursivo-Funcional.

Abstract: This study analyses the conclusive relation when performed by the traditionally denominated conjunctions. To achieve this objective, this work uses Functional Discourse Grammar (FDG) from Hengeveld and Mackenzie as a referential. The model focuses on the communicative intention of the speaker when using the linguistic system in situations of interaction. The *corpora* concern data from the *corpus* called “Oral Portuguese”, which brings samples from Portuguese spoken in Portugal, Brazil, Cape Verde, Guinea-Bissau, Mozambique, Sao Tome and Principe and East-Timor. The results show that there are different functions of conclusive relation: Summary Function, Conclusion Function and Consequence Function. The principal distinction among the subtypes is the implementation of them in different levels and layers, what clarifies the fluctuation on the definition of conclusion found in the linguistic bibliography.

Keywords: Relation of conclusion. Conjunctions. Functional Discourse Grammar.

Os estudos sobre articulação textual oferecem uma gama de possibilidades de análise, com muitos esclarecimentos, mas também com muitas divergências. As principais relacionam-se ao conceito de relação conclusiva (conclusão, consequência, resultado, efeito); às unidades linguísticas que podem ser relacionadas (termos, orações ou porções textuais maiores); aos processos sintáticos de formação do período (coordenação ou subordinação); à denominação do elemento juntor (conjunção ou advérbio, conector etc), além do conjunto de elementos mencionados para estabelecer a relação conclusiva. Na maioria das vezes,

*Professora Doutora da União das Instituições Educacionais do Estado de São Paulo (UNIESP), São José do Rio Preto, São Paulo, Brasil. nb.novaes@uol.com.br

naturalmente, o enfoque teórico é o desencadeador dessas distinções resultantes das diversas pesquisas realizadas.

Neste trabalho, pretende-se tratar especificamente de uma dessas divergências: o conceito de relação conclusiva. A hipótese é a de que há subtipos de relação conclusiva, a depender das intenções do falante na situação de interação, o que justifica as várias nuances apresentadas nos estudos sobre o assunto.

Com essa finalidade, adotou-se como arcabouço teórico de análise linguística o aparato da Gramática Discursivo-Funcional (doravante, GDF) de Hengevel e Mackenzie (2008), um modelo de análise que privilegia a intenção comunicativa do falante ao fazer uso do sistema linguístico em situação de interação. Especificamente, objetiva-se uma descrição que esclareça o conceito de relação conclusiva que se estabelece por meio de conjunções simples no português oral.

Para tanto, o *corpus* tomado para estudo é o “Português oral”, desenvolvido no âmbito do Projeto “Português Falado: Variedades Geográficas e Sociais”, que traz amostragens de variedades do português falado em Portugal, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste. Trata-se de um *corpus* de língua falada que possibilita descrever a relação conclusiva no português, sem a intenção, neste trabalho, de comparação entre as variedades.

O texto deste trabalho encontra-se dividido em quatro partes. Na primeira, são apresentadas as discussões resultantes dos principais estudos teóricos sobre a relação conclusiva; na segunda parte, encontra-se uma síntese do modelo teórico adotado para o estudo, a GDF; na terceira, conceitua-se a relação conclusiva, com uma proposta que, a partir do ponto de vista da GDF, apresenta três subtipos: Função Consequência, Função Conclusão e Função Resumo; ao final deste texto, apresenta-se uma síntese dos resultados.

Divergências na definição de relação conclusiva

Há várias estratégias para se construir a relação conclusiva. A introdução de uma conclusão, em sentido geral, pode ser feita por meio de alguns verbos (*finalizando, concluindo*) ou ainda pela simples ligação interparágrafos estabelecida por meio de relações semânticas. Defendi (2013, p. 153-154), por exemplo, aponta vários itens linguísticos usados para mostrar a relação conclusiva entre porções textuais em textos do tipo dissertativo-argumentativo, tais como *dessa forma, de acordo com isso, sendo assim, em vista dos argumentos apresentados, em virtude do que foi mencionado, assim, levando-se em conta o*

que foi observado, por todas estas ideias apresentadas, tendo em vista os aspectos observados, por tudo isso, dado o exposto etc. Trata-se de casos de conclusão no sentido de finalizar um processo de interação, com uso de elementos linguísticos que sinalizam encaminhamento de final de texto, denominados pela autora marcadores de conclusão textual.

Além de elementos lexicalizados, a relação entre porções textuais pode ser percebida inferencialmente, sem haver explicitação do elo semântico por meio de determinadas formas linguísticas, de acordo com Lopes (2008, p. 63), como exemplificam (01) e (02):

- (01) A terra secou *porque* não choveu durante todo o ano. (LOPES, 2008, p. 63)
- (02) A terra secou. Não choveu durante todo o ano. (LOPES, 2008, p. 63)

Segundo a autora, os exemplos ilustram uma conexão causal, tanto a versão com o conector *porque* quanto a sem esse elemento. No entanto, sem conhecer (02), pode-se estabelecer uma relação conclusiva para (02), como em (02a), em que, com base na premissa de que “a terra secou”, pode-se concluir que “não choveu durante todo o ano”:

- (02a) A terra secou, *portanto* não choveu durante todo o ano.

Dessa forma, percebe-se que a ausência do elemento que estabelece a ligação pode levar a ambiguidades ou mesmo à falta de clareza quanto ao sentido pretendido, o que, no entanto, não é o alvo de discussão deste trabalho.

Como recorte do objeto de estudo para este trabalho, não serão tratados aqui os casos das locuções conclusivas elencadas pelas gramáticas, como *por conseguinte*, *de modo que*, *em vista disso*, *de maneira que*, *de sorte que*, *de forma que* e *consequentemente*. A descrição das construções conclusivas aqui consideradas se estabelecem por meio de conjunções conclusivas simples, mais especificamente, *então* e *portanto*.

Nos estudos sobre relação conclusiva, há muitas divergências sobre o conceito de relação conclusiva, derivadas das diferentes abordagens teóricas, logicamente¹. Quanto ao

¹ Os estudos mostram divergências em vários outros aspectos, como i) as conjunções simples elencadas: *logo*, *portanto*, *assim*, *pois* (*posposto ao verbo*), *por isso*, *assim* e *então*; poucos autores excluem uma dessas formas (PEZATTI, 2002; OLIVEIRA, 2011); ii) a classificação do elemento juntor como “conjunções” (BARBOSA, 1881; ROCHA LIMA, 1956; CUNHA & CINTRA, 1985), “advérbios” (NEVES, 2000; PEZATTI, 2001; 2002) e ainda “conector frasal” (RISSO, 2006); “marcador conversacional” (MARTELOTTA E SILVA, 1996), “articulador textual” (LOPES et al, 2001); iii) as unidades linguísticas que podem ser relacionadas nas

aspecto que interessa para este trabalho, há bastantes diversificações: conclusão, consequência, decisão final, decorrência e resultado. Dessa forma, definir claramente o que é uma relação de conclusão é fundamental para a análise desse fenômeno linguístico.

A definição de relação conclusiva apresenta diferentes nuances. Alguns autores consideram que construções conclusivas são um tipo de condição-consequência (MIRAMATEUS et al, 1986; NEVES, 2000) ou um tipo de consecutiva (ZENONE, 1983), mas a maioria dos gramáticos e outros pesquisadores defendem a ideia de que seja um caso de relação conclusiva apenas.

A Teoria da Relevância, de Sperber e Wilson (2005), uma vertente pragmática que constitui uma versão mais moderna e revista da teoria griceana da cooperação, contribui para a discussão sobre a relação conclusiva discutida neste trabalho. Os autores propõem dois princípios que guiam a comunicação humana: um princípio cognitivo, que prediz que a mente humana tem uma tendência para escolher os estímulos e ativar as informações mais relevantes, processando-as de maneira mais produtiva, e um princípio comunicativo, que determina que o *input* deve ser relevante o suficiente para merecer o esforço de processamento pela audiência. Os enunciados geram expectativas de relevância porque a busca pela relevância é uma característica básica da cognição humana. Assim, a comunicação ocorre quando o comunicador proporciona evidências de suas intenções comunicativas e os ouvintes inferem essas intenções por meio das pistas dadas.

De acordo com os dois teóricos, no processamento da linguagem, os falantes distinguem dois tipos de significados linguísticos: significados conceituais, que dizem respeito a como os enunciados descrevem o mundo e significados processuais, e o significado processual, que trata de como os falantes relacionam os significados conceituais entre si. Este segundo tipo é o foco de Blakemore (2003, p. 3), que usa a teoria para tratar especificamente de conectivos usados para ligar sentenças, que interessa para esta pesquisa. A autora afirma que há expressões linguísticas que codificam qual procedimento inferencial produz a interpretação pretendida, como mostram (03) e (04):

(03) Henry consegue desbloquear a senha de Muriel. *Então* ele conhece a combinação.

Henry can open Muriel's safe. *So* he knows the combination.

construções conclusivas, como “termos” (NEVES, 2010), “orações” (PEZATTI, 2002; LONGHIN-THOMAZI, 2006, por exemplo), “períodos” e “parágrafos” (GUIMARÃES, 2001).

(BLAKEMORE, 2003, p. 4)

- (04) Henry consegue desbloquear a senha de Muriel. *Afinal*, ele conhece a combinação.

Henry can open Muriel's safe. *After all*, he knows the combination.

(BLAKEMORE, 2003, p. 4)

Conforme a autora, no primeiro caso, há uma implicação contextual, direcionada por *então*, já que a conclusão “ele conhece a combinação” é uma implicação de que “Henry consegue desbloquear a senha de Muriel”, enquanto, no segundo, há o fortalecimento de uma suposição, por meio de “afinal”, pois “ele conhece a combinação” reforça a ideia de que “Henry consegue desbloquear a senha de Muriel”. Interessam aqui os casos de implicação contextual². Implicação será entendida como propriedade definidora da relação conclusiva.

A partir dessa definição, com base nos autores pesquisados e nos dados levantados, propõe-se que há três tipos de ocorrências com relação de implicação conclusiva entre porções textuais. Em (05), há uma consequência; em (06), uma conclusão propriamente dita; em (07), um resumo de um excerto anterior:

- (05) as pessoas do lugar não dão o menor valor, sabe, por exemplo, eles acham que coisa antiga é coisa velha, *então* botam para, arrebetam com o negócio, acham lindo fazer uma casa assim género planalto, é, palácio da alvorada (Bra80: ArteUrbana)

- (06) a paz não é para ser vendida ou não é para ser comp[...]. não é uma, u[...], uma questão muito assim fundamental. e a independência também é uma questão muito fund[...], fundamental. *portanto* nós, mesmo que a Indonésia construísse em Timor prédios com, bom, de ouro, de platina, nós nunca que iríamos vender a nossa liberdade e a nossa independência. (TL99:IdentidadePovo)

- (07) A e na sua opinião, como é que isto vai evoluir para o futuro?
B acha bem essa maneira
A não!
B dos filhos se dirigirem aos pais?

² O termo “implicação” para descrever a relação conclusiva é também mencionado por Pezatti (2002), Longhin-Thomazi (2006) e Risso (2006).

- A não. e tratá-los por tu, ainda menos! esta trata. os outros dois não. esta é mais atrevida. mas, mas a, mas os outros dois não. e eu nunca lhe dei licença de tratar por tu. até o neto agora também que a mãe na[...], trata, o neto também trata, o filho dela. mas não gosto porque perdem um bocado do respeito. não gosto não, não gosto.
- B *portanto* acha que os seus outros filhos r[...], a respeitam mais?
- A muito mais, muito mais. nunca, nunca nos tra[...], nem um nem outro. sentem muito, muito medo. (PT95:JuventudeOntemHoje)³

Em (05), a consequência “então botam para, arrebentam com o negócio” é o resultado da causa “eles acham que coisa antiga é coisa velha”. Este subtipo será denominado relação conclusiva Consequência. Em (06), a conclusão “portanto [...] nós nunca que iríamos vender a nossa liberdade e a nossa independência” é resultado de uma inferência obtida a partir de “a independência também é uma questão muito fund[...], fundamental”, com base na premissa implícita de que ‘tudo que é fundamental não pode ser vendido’. Será denominada relação conclusiva Conclusão. Por fim, em (07) o resumo “portanto acha que os seus outros filhos r[...], a respeitam mais?” é a síntese resultante de “e tratá-los por tu, ainda menos! esta trata. os outros dois não. esta é mais atrevida. mas, mas a, mas os outros dois não. e eu nunca lhe dei licença de tratar por tu. até o neto agora também que a mãe na[...], trata, o neto também trata, o filho dela. mas não gosto porque perdem um bocado do respeito. não gosto não, não gosto.” Nesse caso, há o resumo de uma explanação anterior, que recebe aqui o nome de relação conclusiva Resumo.

Dessa forma, o trecho que contém a conclusão é sempre obtido como resultado de algo já dito, por meio das expressões linguísticas *então* e *portanto*, que codificam a informação sobre o procedimento inferencial adequado para a interpretação. As três construções têm em comum o fato de indicarem uma implicação resultativa: consequência é o resultado de uma causa; conclusão, o resultado de uma inferência, e resumo, a síntese resultante de todo o discurso anterior. A essas três nuances denomina-se relação conclusiva.

³ A GDF considera como Participantes o Falante e o Ouvinte. Na proposta de Mackenzie (no prelo), o autor utiliza os termos Participantes A e Participante B para situações dialógicas, denominação adotada neste trabalho. Para analisar as ocorrências dialógicas, em que há dois Falantes interagindo, recorre-se a esse texto, em que o autor apresenta uma expansão da GDF que, na sua concepção, não fere os fundamentos da teoria. O autor reconhece que a apresentação original não abrange situações de diálogo, mas muitos detalhes revelam a perspectiva interacional, como a nomenclatura “Nível Interpessoal”, a alternância de Movimentos de iniciação e reação, as funções de Falante e Ouvinte, etc. Doravante, serão usadas as formas “Falante”, “Participante A” ou “Falante/Participante A” como equivalentes, assim como “Ouvinte”, “Participante B” e “Ouvinte/Participante B”.

Após a apresentação do arcabouço teórico, resumido a seguir, pretende-se descrever de forma mais pormenorizada a diferença entre os subtipos, por meio do aparato da GDF.

Arcabouço teórico: a Gramática Discursivo-Funcional (GDF)

A Gramática Discursivo-Funcional (HENGEVELD & MACKENZIE, 2008) é um modelo teórico que descreve e analisa especificamente a gramática de uma língua, considerando o discurso como unidade de interação, e não apenas a sentença. Além disso, propõe a interação do componente gramatical com o contexto informacional e situacional de produção do texto.

A GDF separa Formulação e Codificação na produção linguística. No primeiro processo, o foco é a especificação de configurações pragmáticas (denominadas interpessoais) e semânticas (denominadas representacionais). Na Codificação, observam-se as configurações morfossintáticas e fonológicas que as configurações pragmáticas e semânticas acarretam em uma língua. A Formulação converte a intenção comunicativa e sua representação mental em representações interpessoais e representacionais, enquanto a Codificação transporta as representações interpessoais e representacionais para os níveis morfossintático e fonológico, configurando uma expressão linguística. Assim, por exemplo, em uma dada situação comunicativa, o falante que tem a intenção comunicativa de dar uma ordem (nível da Formulação) usará a forma verbal e a entonação correspondentes ao seu objetivo (nível da Codificação). Esse sequenciamento de ações linguísticas reflete a ordem das atividades estratégicas colocadas em prática pelo falante, porém, como alerta Mackenzie (no prelo), o objetivo da teoria é a descrição das relações entre as camadas, níveis e componentes, e não a representação do processo de produção linguística em tempo real.

Essas relações de formulação e codificação são estruturadas em níveis que são representados hierarquicamente em organização descendente, que vai do discurso para a forma das expressões linguísticas. Nesse sentido, a pragmática governa a semântica, a pragmática e a semântica comandam a morfossintaxe e, por fim, a pragmática, a semântica e a morfossintaxe governam a fonologia.

Há quatro níveis de análise: i) Nível Interpessoal (NI), que diz respeito à interação entre falante e ouvinte; o Nível Representacional (NR), relacionado aos aspectos semânticos das unidades linguísticas; o NM, que toma como unidade de análise a composição morfossintática dos elementos linguísticos, (NM) e o Nível Fonológico (NF), que trata das representações fonológicas dos constituintes. Cada nível é também hierarquicamente

estruturados em camadas, de vários tipos, sendo que a primeira camada, mais alta, contém a segunda e assim sucessivamente. No NI, há a seguinte sequência hierárquica: Movimento, Ato Discursivo, Ilocução, Falante, Ouvinte, Conteúdo Comunicado, Subatos de Atribuição e de Referência. No NR, Conteúdo Proposicional, Episódios, Estado-de-coisas e Propriedade. No NM, há Expressão Linguística, Oração, Sintagma e Palavra; no NF, o Enunciado Fonológico, a Frase Entonacional, a Frase Fonológica, a Palavra Fonológica, o Pé e a Sílabas. A Figura (1) apresenta o layout da GDF.

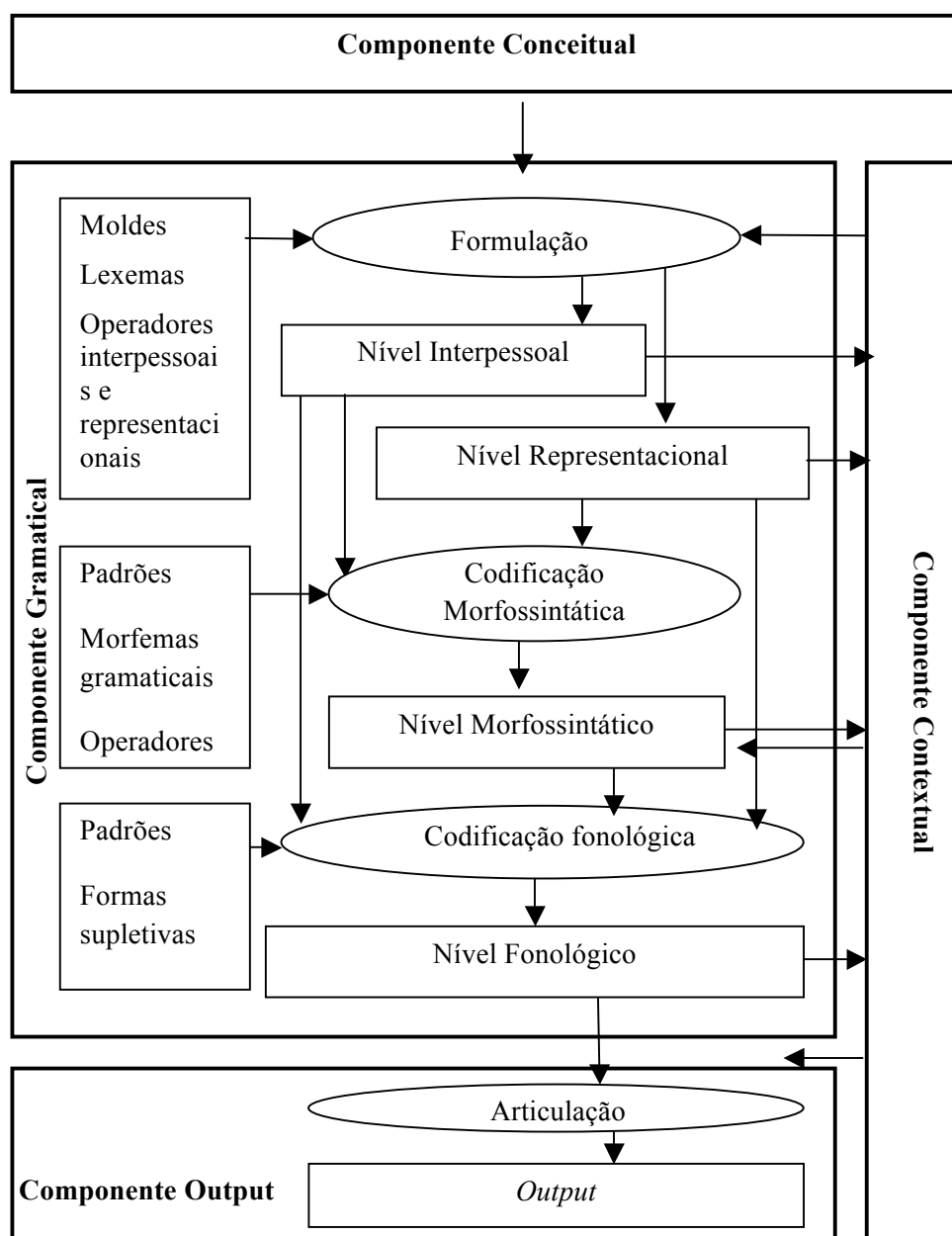


Figura 1. Layout geral da GDF (HENGEVELD e MACKENZIE, 2008, p. 13)

A GDF, ao propor que o componente gramatical está organizado em níveis e camadas, considera que os níveis pragmático, semântico, morfossintático e fonológico se apresentam como autônomos, por contarem com categorias próprias, porém apresentam interdependência, devido à possibilidade de haver motivações semânticas e pragmáticas para a codificação morfossintática e fonológica. Desta forma, em função do foco deste trabalho, a GDF se apresenta como adequada, visto que há, neste trabalho, a procura por motivações pragmáticas ou semânticas para construção da relação conclusiva, e o modelo teórico adotado considera a gramática como um componente integrado aos níveis mencionados.

Os conceitos básicos da GDF necessários para este trabalho serão apresentados nas análises desenvolvidas, evitando assim a sobrecarga de informações que não dizem respeito diretamente ao objeto delineado.

Relação conclusiva: Consequência, Conclusão e Resumo

Como visto, as referências à relação conclusiva englobam diferentes tipos de implicações: podem indicar uma consequência, aqui denominada Função Consequência, uma conclusão propriamente dita, denominada Função Conclusão, ou um resumo de um excerto anterior, a chamada Função Resumo. Esta seção descreve essa proposta de classificação.

Relação conclusiva Consequência

Vários estudiosos afirmam que, na relação conclusiva, a segunda oração contém uma consequência da primeira oração. Cunha e Cintra (1985, p. 565) consideram que a conjunção conclusiva exprime conclusão ou consequência, sem, no entanto, esclarecer qual a diferença entre os dois conceitos.

No caso a seguir, a relação existente não implica consequência, mas sim uma conclusão obtida por meio de uma inferência baseada em uma premissa implícita (debaixo da terra não se ouve som algum). Martelotta e Silva (1996, p. 228) afirmam que *então*, no exemplo (08), tem função pragmático-discursiva de conclusão ao iniciar uma oração que expressa uma consequência em relação ao que foi dito anteriormente:

- (08) “...ao saltar do carro Marcelo tentou conversar com Neuza, para que entrássemos em casa sem acordar os pais de Márcia. Mas a nojenta da garota em vez de ajudar a irmã ficou reclamando e falando besteiras, *então* Marcelo deu-lhe um fora curto e grosso.” (MARTELOTTA; SILVA, 1996, p. 228)

No exemplo, nota-se que há um fato que desencadeia outro fato, e não uma conclusão baseada em uma inferência.

Ocorrências como (09) exemplificam essa relação, ao evidenciar que o Falante relaciona diretamente duas proposições [“essa sede actualmente é tida como mal-assombrada”] e [“nós não temos muita vontade de ficar nela”], já que não há uma premissa implícita, resultante de um raciocínio inferencial:

- (09) ah! o resto da fazenda. no resto da fazenda você tem, perto da piscina, você tem uma outra casa bem grande, que era a fazenda antiga. seria a sede da fazenda antiga, certo, mas essa sede actualmente é tida como mal-assombrada. *então*, apesar de sermos todos pessoas esclarecidas, nós não temos muita vontade de ficar nela. isso é evidente. (BRA 80-Fazenda.)

Nesse exemplo, o Falante estabelece diretamente a relação de implicação conclusiva entre as partes, sem recorrer a um raciocínio inferencial para emitir uma premissa implícita que faça a mediação entre a premissa explícita e o conseqüente. Observa-se que a relação se estabelece entre dois Conteúdos Proposicionais, em que o conteúdo expresso na segunda oração é o resultado do que é expresso na primeira.

Conteúdos Proposicionais são construtos mentais que se caracterizam por poder ser qualificados em termos de atitudes proposicionais (certeza, dúvida, descrença) e/ou em termos de sua fonte ou origem (conhecimento comum partilhado, evidências sensoriais, inferência). No caso de (05), aqui retomada e ampliada, o Falante está descrevendo o comportamento de algumas pessoas que moram em cidades históricas e, para exemplificar, constrói uma relação em que justifica sua avaliação, por meio de uma relação de causa e consequência, no caso, entre “achar que coisa antiga é velha” e “arrebentar com o negócio”. As orações relacionadas constituem Conteúdos Proposicionais, evidenciados, na primeira, pelo verbo *achar* e, na segunda, pelo verbo *arrebentar*, que expressam uma avaliação do Falante. Assim, a relação ocorre no Nível Representacional, pois o que está em jogo é o modo como a língua descreve o mundo extralinguístico, como se pode verificar:

- (05) A Heloisa, você sentiu assim que tanto em Tiradentes, São João del Rei, todas essas cidades, muita coisa que é realmente histórica e está assim muito abandonada...
B abandonada? mas eu acho que tud[...], dá, dá, dá uma sensação. em Ouro Preto, então, é muito, não é, é muito. agora, vou te dizer um negócio, mas

ao mesmo tempo, eu acho que está havendo uma preocupação maior, não é, no sentido de preservar o que é da gente, não é, porque você vê, aqui perto tem uma cidadezinha, chamada Bananal, que fica perto de Barra Mansa.

A não conheço.

B é uma cidade que também tem muito coisas antigas. mas é uma tristeza, as pessoas do lugar não dão o menor valor, sabe, por exemplo, eles acham que coisa antiga é coisa velha. *então* botam para, arrebentam com o negócio, acham lindo fazer uma casa assim género planalto, é, palácio da alvorada...

A sei.

B assim, sabe, no meio, uma coisa assim...

A ham, ham.

B tacar ladrilho nas casas que não têm nada a ver. mas eu acho que, pelo menos eu acho que, que lá já está havendo mais, dentro do povo mesmo, da gente do lugar, uma consciência maior do que aqui, o velho não é, o, quer dizer, o antigo não é velho.

Assim, na Função Consequência, descreve-se o mundo extralinguístico, ou seja, relacionam-se dois Conteúdos Proposicionais, em que o segundo explicita uma informação óbvia resultante da primeira informação. Essa relação implicacional é feita diretamente, sem premissa implícita. Essa relação pode ser representada pela Figura (02), em que P representa a premissa explícita, Q corresponde à consequência, e a seta ilustra a ligação direta entre as duas partes:

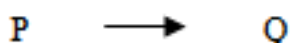


Figura 2. Esquema da Função Semântica Consequência

Relação conclusiva Conclusão

Diferentemente da relação consequência, a relação entre as duas orações não se estabelece de forma direta, mas por meio de uma inferência, como na ocorrência (06), retomada:

- (06) a paz não é para ser vendida ou não é para ser comp[...]. não é uma, u[...], uma questão muito assim fundamental. e a independência também é uma questão muito fund[...], fundamental. *portanto* nós, mesmo que a Indonésia construísse em Timor prédios com, bom, de ouro, de platina, nós nunca que iríamos vender a nossa liberdade e a nossa independência.

Nesse trecho, o Falante, a partir da oração “e a independência também é uma questão muito fund[...] fundamental.”, expressa a conclusão “*portanto* [...] nós nunca que iríamos vender a nossa liberdade e a nossa independência”.

Para Lopes et al (2001), em casos como esse, há um significado do tipo instrucional que indica que a proposição introduzida por *portanto* deve ser interpretada como conclusão fundamentada num raciocínio inferencial defectivo em que uma das premissas não está explicitada, como no caso de (10):

- (10) As luzes não estão acesas, *portanto* o João não está em casa. (LOPES et al, 2001, p. 206)

De acordo com as autoras, a premissa implícita “luz acesa indica que há alguém em casa” deve fazer parte do conhecimento prévio do interlocutor para que se possa perceber a relação entre a premissa e a conclusão. Dessa forma, há necessariamente uma dimensão pragmática nessa relação: a premissa expressa é uma certeza do Falante, e assim funciona como evidência que legitima a asserção da conclusão, obtida por meio de um raciocínio que envolve a recuperação de uma premissa implícita.

Com base nessa definição, em uma relação conclusiva do tipo de (06), há pelo menos três elementos em sequenciação definida: uma premissa explícita, uma premissa implícita e a conclusão. A primeira oração constitui uma premissa que encaminha o Ouvinte para uma implicação que corresponde a uma conclusão proposta pelo Falante, resultante de uma inferência. Trata-se assim de como o Falante conduz seu discurso de modo a alcançar seu propósito comunicativo, ou seja, relaciona-se ao modo como organiza o discurso, para atingir objetivos comunicativos.

Assim, nessa relação conclusiva, o propósito do Falante é o de mostrar ao Ouvinte que sua conclusão não é aleatória, mas tem base em um raciocínio inferencial. O Falante coloca o primeiro Ato como premissa para a conclusão expressa no Ato seguinte, como em (11):

- (11) A bom, diz que vende artigos de...
B decoração.
A decoração. *portanto* esta época agora é uma época de grande ocupação para si, não é,

- B imensa. não há horas, não, só há um Natal e... tem que se aproveitar esta altura do ano para... deitar cá para fora os produtos.
- A eh, é também cansativo, não é,
- B bastante. em janeiro descansa-se. (PT95:SaberVender)

Nessa ocorrência, o Ato Discursivo “diz que vende artigos de decoração” serve como base para a conclusão expressa no próximo Ato “esta época agora é uma época de grande ocupação para si”, a partir da inferência de que no Natal há uma grande procura por artigos de decoração. Em síntese, uma Conclusão ocorre entre uma ideia P e uma ideia Q, sendo perceptível a relação entre as duas por meio de inferência.

Um Ato Discursivo é a menor unidade de comportamento comunicativo (KROON, 1997) e a unidade de análise da GDF. Assim, a relação de conclusão entre Atos Discursivos ocorre na camada do Nível Interpessoal, já que diz respeito à interação entre Falante e Ouvinte. A camada do Ato Discursivo, como observado, pode apresentar uma Função, uma estratégia gramatical para relacionar duas unidades da mesma camada. No caso da relação conclusiva, ao segundo é atribuída uma Função.

Em (12), o Ato₁ “há operários que não ganham (isso) em toda a vida” é o Ato Nuclear; o Ato₂, “portanto, eles que não venham com essas desculpas”, é o Ato Subsidiário ao primeiro, com a Função Conclusão:

- (12) A não há honestidade, e está provado e mais que provado que os árbitros que se vendem, porque eu sei de casos, é verdade, os árbitros vendem-se, os jogadores vendem-se, e não há aquela... espírito desportivo que devia haver. embora eles ganhassem, que eu sou de acordo que deviam ganhar.
- B claro.
- A ganham demais, é um erro. e quando eles dizem que o período de, de, que estão no auge e para ganhar dinheiro que é curto, mas esse, com essa, essa passagem que eles têm, só num ano que eles estivessem a ganhar, há operários que não ganham em toda a vida.
- B exactamente.
- A *portanto*, eles que não venham com essas desculpas. agora o que eles deviam era sabê-lo poupar, que eles esbanjam o dinheiro. o dinheiro é lançado fora. e eles só têm vícios e... isso é que está mal. (PT97:DesportoDinheiro)

Como proposto, com base em Lopes et al (2001) e Novaes (2008), em uma relação de conclusão há sempre uma premissa P e uma conclusão Q, formada por um esquema inferencial defectivo, já que uma das premissas não está explicitada. A relação conclusiva

induz à reconstituição da premissa implícita, por meio de uma inferência dedutiva. Dessa forma, há sempre um raciocínio que envolve a recuperação de uma premissa implícita e assim a relação implicacional se estabelece de forma indireta, como demonstra a Figura (03), em que P₁ corresponde à premissa explícita, P₂, à premissa implícita e Q, à conclusão:

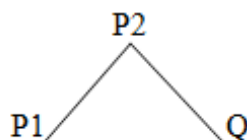


Figura (03). Esquema da Função Retórica Conclusão

Relação conclusiva Resumo

Um outro caso de relação conclusiva pode ser observado na ocorrência (07), aqui retomada, em que a relação não se estabelece entre orações, mas entre toda a fala do participante A e a síntese proposta por B:

- (07) A e na sua opinião, como é que isto vai evoluir para o futuro?
 B acha bem essa maneira
 A não!
 B dos filhos se dirigirem aos pais?
 A não. e tratá-los por tu, ainda menos! esta trata. os outros dois não. esta é mais atrevida. mas, mas a, mas os outros dois não. e eu nunca lhe dei licença de tratar por tu. até o neto agora também que a mãe na[...], trata, o neto também trata, o filho dela. mas não gosto porque perdem um bocado do respeito. não gosto não, não gosto.
 B *portanto* acha que os seus outros filhos r[...], a respeitam mais?
 A muito mais, muito mais. nunca, nunca nos tra[...], nem um nem outro. sentem muito, muito medo. (PT95:JuventudeOntemHoje)

Em (07), a fala do Participante B é uma contribuição que impulsiona o discurso e contribui para a relação interpessoal, o que as identifica, de acordo com a GDF, como um Movimento, constituído por um ou mais Atos Discursivos. Depois de ouvir toda a explanação do Participante A a respeito de como seus filhos a tratam (um Movimento), o Participante B inicia um novo Movimento em que pretende resumir toda a explanação de A, na forma de uma pergunta, que, por sua vez, impulsiona a abertura de outro Movimento.

O Movimento 1 é primeiramente expresso e, na sequência, inicia-se o Movimento 2, que expressa um resumo da explanação do Movimento anterior. A relação ocorre no Nível

Interpessoal, pois diz respeito a propriedades de interações que fluem das estratégias de natureza proposital. Dessa forma, a relação ocorre entre dois Movimentos: o Movimento 1 é suporte para o Movimento 2, que resume o primeiro.

Para Stassi-Sé (2012, p. 167), as relações que se estabelecem entre Movimentos são semelhantes às Funções Retóricas atribuídas aos Atos Discursivos. A autora propõe uma camada mais alta do que a do Movimento, a camada do Discurso, que tem função interacional e representa a relação entre dois ou mais Movimentos.

No caso da função conclusiva Resumo, o primeiro Movimento contém uma explicação de um determinado assunto e o segundo Movimento resume todo o conteúdo explanado, na forma de uma relação conclusiva resumitiva.

Essa função de *portanto* pode ser observada em (13), em que o Participante B, por meio do Movimento “*portanto* digamos que aquela diferença entre a cidade e o campo está-se a esbater”, faz uma conclusão que resume toda a explicação feita até então e, na sequência, o Participante A concorda com a conclusão (“*absolutamente! acho que sim*”):

- (13) A há uma diferença muito pequena porque, pronto, a maioria qu[...], qu[...], quase, quase eles todos estão a estudar na cidade, passam praticamente o dia, vêm de manhã vão-se embora já por cinco, seis horas e pronto, o tempo que, que passam nas freguesias rurais é para dormir ou
- B hum, hum.
- A ou, ou, ou estudar, estão fechados dentro de casa, pronto, a diferença é mínima.
- pois, porque numa fre[...], freguesia rural, a um jovem que está a estudar, oferece poucas coisas, não é,
- B pois. muitas poucas. não deve haver nada até s[...], não s[...], não sei, não estou a par disso mas suponho que o, a casa do povo não, o que é que a casa do povo deve ter? uma antena parabólica para se ver televisão... de fora e pouco mais, sim...
- A e achas que as pessoas nas freguesias vêm, eh, programas de televisão de f[...], eh, estrangeira?
- B ah, como novidade, eu suponho, eu tenho passado, quando passo assim pelas freguesias e olho para as casas do povo vejo sempre uma antena parabólica, logo suponho que hum, hum.
- A que eles tenham uma antena parabólica e ve[...], e, e devem ver, eh, eu suponho que, por uma questão de curiosidade, pelo menos, eh, mal se pôs a antena parabólica devem ter ido lá ver, não?
- B pois! porque as pessoas não percebem
- A sim, sim.
- B depois, não é,
- A às vezes também é um erro, não percebem, eh, algumas percebem, não é,

- B algumas...
- A precisamente esses jovens que estão a estudar percebem, pois...
- B a estudar percebem. exactamente. e por outro lado também, desafios de futebol, não é,
- A ah, sim, isso então enche tudo, que é casas do povo, cafés, bares...
- B hum, hum.
- A é, é...
- B *portanto* digamos que aquela diferença entre a cidade e o campo está-se a esbater
- A ah, absolutamente! acho que sim. ma[...], e mais a mais, pronto, jovens, eh, sabendo precisamente isso, os jovens do campo querem-se parecer mais com os jovens da cidade, apesar de isso não ser nenhuma vantagem, nem ser nada de... (PT96:MeioPequeno)

Propõe-se assim a Função Interacional a que se denomina Resumo, caracterizada por marcar uma relação de implicação entre uma explanação e a síntese que resulta dessa explanação. Essa organização pode ser representada na Figura (04), em que P corresponde ao excerto a ser resumido e Q, ao resumo propriamente dito:

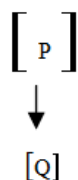


Figura 4. Esquema da Função Interacional Resumo

Como se pode perceber, o modelo teórico da GDF permite estabelecer uma clara distinção entre os três tipos de relação conclusiva: a relação conclusiva denominada Resumo ocorre entre Movimentos, no Nível Interpessoal; a Conclusão, entre Atos Discursivos, também no Nível Interpessoal; por fim, a Consequência, entre Conteúdos Proposicionais, no Nível Representacional.

Conclusão

O resultado da análise mostra que há três diferentes funções na relação conclusiva: Função Interacional Resumo, Função Retórica Conclusão e Função Semântica Consequência. Trata-se, na verdade, de diferentes tipos de conclusão: ora a relação entre as orações que a compõem é mais direta (Função Consequência), ora é mais indireta, com uma premissa entre

elas (Função Conclusão), ora a relação ocorre entre porções textuais maiores, para sintetizar uma explanação anterior (Função Resumo). A principal distinção entre os três subtipos propostos deve-se ao fato de as relações serem implementadas em níveis e camadas diferentes: as Funções Resumo e Conclusão ocorrem no mesmo nível, o Interpessoal, mas se diferenciam porque a primeira ocorre na camada do Movimento, e a segunda, na do Ato Discursivo, enquanto a Função Consequência ocorre no Nível Representacional, na camada do Conteúdo Proposicional. Essa distinção esclarece a discussão em torno do conceito de relação conclusiva, percebida na revisão bibliográfica.

Por fim, este trabalho, em consonância com os princípios funcionalistas, mostra um quadro teórico que oferece uma explicação para o uso das expressões linguísticas na interação verbal, explicitando a relação entre o sistema linguístico e as funções desses elementos.

Referências

- BLAKEMORE, D. Re-visiting procedural meaning: ‘but’, ‘however’ & ‘nevertheless’, *Paper delivered at Georgetown University Round Table on Languages and Linguistics*, GURT, 2003.
- CUNHA, C. F.; CINTRA, L. **Nova Gramática do Português Contemporâneo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985 (p. 565-567).
- DEFENDI, C. M. **Portanto, conclus-se que: processos de conclusão em textos argumentativos**. 285f. Tese (Doutorado em Letras). Universidade de São Paulo. São Paulo, 2013.
- DUCROT, O. Argumentação retórica e argumentação linguística. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 44, n. 1, p. 20-25, jan./mar. 2009.
- GUIMARÃES, E. **Texto e argumentação**. São Paulo: Pontes, 2001.
- HENGEVELD, K.; MACKENZIE, J. L. **Functional Discourse Grammar**: A typologically-based theory of language structure. Oxford: Oxford University Press, 2008.
- LONGHIN-THOMAZI, S. R. Gramaticalização de conjunções coordenativas: a história de uma conclusiva. *Revista Gragoatá*. Niterói, n. 21, p. 59-72, 2. sem. 2006.
- LOPES, A. C. M.; PEZATTI, E. G; NOVAES, N.B. “As construções com ‘portanto’ no português brasileiro e europeu”. *Scripta*. Belo Horizonte: PUC-MG, v. 5, n.9, p. 203-18, 2001.

_____. ‘Afinal’: elementos para uma análise semântico-pragmática. *Linguística*. UFRJ: Rio de Janeiro: V. 4, Número 1, 2008. (61-79).

MARTELOTTA, M. E; SILVA, L.R. “Gramaticalização de ‘então’”. In: MARTELOTTA, M.E.; VOTRE, S. J.; CEZÁRIO, M. M. **Gramaticalização no português do Brasil: uma abordagem funcional**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

MIRA MATEUS, M. et al. **Gramática da Língua Portuguesa**. Coimbra: Almedina, 1986.

NEVES, M. H. M. O estatuto das chamadas conjunções coordenativas no sistema do português. São Paulo: *Alfa*. v. 29, 2000. (p.59-65).

NOVAES, N. B. Divergências e similaridades nas variedades brasileira e europeia do português: um estudo da forma ‘portanto’. In: PEZATTI, E. G. (org). **Pesquisas em gramática funcional: descrição do português**. São Paulo: UNESP, 2009. (p. 327-355)

OLIVEIRA, M. C. P. **A sintaxe da coordenação e os conectores conclusivos - estudo de caso: a coordenação conclusiva na estruturação de textos argumentativos de jovens em idade escolar**. 330f. Dissertação (Mestrado em Linguística). Universidade do Porto, Porto, 2011.

PEZATTI, E. G. As construções conclusivas no português falado. In: ABAURRE, M. B.; RODRIGUES, A. C. S. (orgs). **Gramática do português falado** v 8. Campinas: Editora da Unicamp, 2002 (p. 185-225).

RISSO, M. S. Marcadores discursivos basicamente sequenciadores. In: JUBRAN, C.C. A; KOCH, I. G. V. (org.). **Gramática do Português Culto Falado no Brasil**. V. 1. Construção do texto falado. São Paulo: Editora da Unicamp, 2006. (p. 427-496)

SPERBER, D.; WILSON, D. Teoria da relevância. *Linguagem em (Dis)curso - LemD*, Tubarão, v. 5, n. esp., 2005.

STASSI-SÉ, J. C. **Subordinação Discursiva no Português à luz da Gramática Discursivo-Funcional**. 194 f. Tese (Doutorado em Linguística). UNESP, Câmpus de São José do Rio Preto, 2012.

ZENONE, A. Consecution sans contradiction: “donc”, “par consequent”, “alors”, “ainsi”, “aussi”. *Cahiers de Linguistique Française*, 5, 189-214, 1983.

Artigo recebido em: 30.04.2015

Artigo aceito em: 13.07.2015

Artigo publicado em: 28.07.2015